



Número: **0805435-69.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional de Mangabeira**

Última distribuição : **26/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.137,50**

Assuntos: **SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
DANIELLE SILVA DE ALENCAR (AUTOR)		RUY NEVES AMARAL DA ROCHA (ADVOGADO) RENAN DE CARVALHO PAIVA (ADVOGADO) FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22243 577	26/06/2019 14:32	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
22243 581	26/06/2019 14:32	<a href="#">PETIÇÃO DANILLE SILVA DE ALENCAR</a>	Outros Documentos
22243 583	26/06/2019 14:32	<a href="#">Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo</a>	Outros Documentos
22243 585	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.0 bo_20190626132955</a>	Outros Documentos
22243 586	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.1 boletim de atendimento, nota e ficha_20190626134333</a>	Outros Documentos
22243 587	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.2 relatorio cirurgico_20190626134502</a>	Outros Documentos
22243 588	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.3 laudo medico_20190626134632</a>	Outros Documentos
22243 589	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.4 procuracao_20190626134817</a>	Procuração
22243 590	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.6 doc pessoal_20190626135400</a>	Outros Documentos
22243 593	26/06/2019 14:32	<a href="#">1.5 comprovante de residencia e Cpf_20190626135451</a>	Outros Documentos
22345 237	04/07/2019 18:35	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
22492 750	05/07/2019 11:54	<a href="#">Petição</a>	Petição
22492 759	05/07/2019 11:54	<a href="#">GuiaCustas Danielle Silva Alencar</a>	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas
23241 064	13/08/2019 17:51	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

Seguem em anexo petição inicial e documentos:



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA \_\_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA REGIONAL DE MANGABEIRA – PB.**

**DANIELLE SILVA DE ALENCAR**, brasileira, solteira, autônoma, inscrito no CPF/MF sob número 061.560.494-36 e Registro Geral sob o N.º 3.131.949 -2º VIA, residente e domiciliado à Rua Ex-Combatente Alvaro Castelo Branco, n.º 42, quadra 395, Lado 69, bairro Valentina de Figueiredo, em João Pessoa-PB, CEP: 58064-683, representado por seus advogados signatários, com escritório profissional na Rua Coronel Otto Feio da Silveira, n.º 509, Pedro Gondim, João Pessoa-PB, CEP 58031-030, fone (83) 3576-8728 e endereço eletrônico: [fabio\\_maracaja@hotmail.com](mailto:fabio_maracaja@hotmail.com), [ruyrochaadvocacia@gmail.com](mailto:ruyrochaadvocacia@gmail.com) e [renanpaivaadvocacia@gmail.com](mailto:renanpaivaadvocacia@gmail.com), vem mui respeitosamente perante Vossa Excelência, propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA** em face de:

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de Direito Privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, N.º 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031- 205, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

#### **I. DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA:**

A parte autora é hipossuficiente, não possui trabalho formal, vive da renda que aufera através da realização de trabalhos eventuais como autônomo, assim, não dispõe de condições financeiras para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem que com isso incorra em prejuízo ao seu sustento e ao de sua família.

Dessa forma, faz-se necessário conceder e desde já se requer, a concessão do benefício da **GRATUIDADE DA JUSTIÇA**, com base no que vaticina a Lei nº 1.060/50, art. 98 e seguintes do NCPC, uma vez que o indeferimento de tal benefício impedirá a parte demandante de ter acesso à justiça. Para comprovação da situação narrada, junta-se aos autos para apreciação de Vossa Excelência, declaração feita pelo autor, afirmando-se, desde já, a veracidade do que fora subscrito.



#### **II. DOS FATOS:**

A parte autora no dia 20/09/2018, conforme consta no registro de ocorrência policial (DOC. ANEXO), sofreu acidente de trânsito, onde conduzia a Moto (marco Ford/Fiesta, modelo 2000, cor branca, de placa MOG-2323-PB, devidamente discriminada nos autos), onde seguia pela avenida Desembargador Arquímédice Souto Maior, estrada que liga Praia do Seixas a Mangabeira e, nas proximidades do residencial Privê, este sofreu um tranca por parte de um veículo de placas e condutor não identificado e assim, perdeu o controle e na sequência, o veículo foi de encontro ao muro do residencial Privê ali

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ [renanpaivaadvocacia@gmail.com](mailto:renanpaivaadvocacia@gmail.com)  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



existente, onde permaneceu presa nas ferragens, onde machucou-se gravemente.

 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 |  renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Posteriormente ao fato, o autor foi resgatado e encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, onde foi diagnosticado com **Fratura de Úmero Esquerdo (CID 10 S 42.3)**, conforme Laudo Médico apresentado.

Ademais, necessitou o segurado, em virtude da fratura sofrida, passar por procedimento cirúrgico de **Tratamento Cirurgico de Fratura da Diáfise do Umero Esquerdo**, conforme se demonstra documentalmente.

Pois bem Excelência, em decorrência das lesões sofridas e dos fatores acima expostos, **restou a parte autora uma acentuada limitação física, além de sentir dores intensas e constantes, tem limitação nos movimentos e na força do membro afetado**, ou seja, as atividades mais simples do dia a dia, como movimentar os ombros, pegar algum objeto, praticar algum exercício físico e trabalhar, tornaram-se verdadeiramente, tarefas tormentosas de serem desempenhadas.

A parte autora sofreu séria fratura no ombro direito, especificamente no umero esquerdo, passou por delicado procedimento cirúrgico, após buscar a reparação do dano ocasionado pelo sinistro, restou com considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais de maneira completa. Encontra-se parcialmente debilitado, sente dores, não movimenta os ombros com facilidade, sente dificuldades ao erguer, flexionar e realizar qualquer outro movimento com o membro afetado.

Consideráveis foram os prejuízos e as limitações ocasionadas em razão da fratura sofrida, **prejuízo esses que acompanham o autor até os dias atuais e que possivelmente lhe acompanharão por toda a vida**. Portanto, possuindo direito assegurado em Lei, o segurado buscou amparo através de pedido de indenização junto à **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT**, tendo feito seu requerimento através da **COMPREV PREVIDÊNCIA S/A**, atuando essa em nome daquela, intermediando os pedidos feitos em todo o país.

Preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, o autor encaminhou seu pedido. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados pela ré, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), a parte autora teve seu pedido autuado com o número de sinistro **3190342153**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, **tamanha fora a surpresa desta quando informada do pagamento da indenização, NÃO POR SUA CONFIRMAÇÃO, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada**.

De acordo com documento anexado, a ré efetuou o pagamento de **valor irrisório, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo autor e com a invalidez permanente que este adquiriu**. Ou seja, após análise do pedido feito

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



administrativamente, o autor recebeu o valor de **R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento, **não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida**.

A parte autora permaneceu com sérias limitações desencadeadas pelas lesões ocorridas no acidente de trânsito, recebeu atendimento que constatou estas, teve acompanhamento médico, passou por procedimento cirúrgico, e mesmo assim, **restou com acentuadas limitações físicas, comprometendo de forma irreversível a realização de atividades cotidianas simples, bem como o desempenho de determinadas funções que poderia almejar**.

Conforme se demonstra Excelência, o segurado, por ora autor, juntou ao seu pedido administrativo, certidão de ocorrência policial relatando o acidente de trânsito, ficha de atendimento ambulatorial, documentação médica atestando as lesões e as limitações, e mesmo assim, teve como resposta da ré, um pagamento ínfimo, não compatível com a sua situação física e nem corretamente enquadrada na tabela de danos segmentares utilizada para este fim.

Dessa forma, resta claro que fora buscado através de procedimento administrativo solucionar a questão e receber a indenização correta, porém, tudo foi em vão, não havendo outra forma do demandante alcançar o seu direito a não ser com a intervenção judicial, através da correta quantificação do valor devido e consequente condenação da ré ao pagamento deste.

Importante frisar que na tabela do seguro **DPVAT**, a porcentagem correspondente à **perda anatômica e/ou funcional completa de um dos ombros, corresponde a 25% do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

No entanto, tendo em vista os danos sofridos pelo autor e os gastos com medicamentos e tratamentos de saúde diversos, vale quantificar a indenização devida ao autor na sua totalidade de **R\$ 13.500,00**

Sendo assim, documentalmente comprovada a perda anatômica do membro afetado, e os gastos referentes aos tratamentos pós-cirúrgicos, é devido ao autor ainda **82,5% do valor referente a lesão do teto máximo, ou seja, 82,5% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que totaliza aproximadamente a importância de R\$ 11.137,5 (onze mil, cento e trinta e sete e cinco centavos) do valor que ficou faltando em referência aos 17,5% do que foi pago administrativamente, da importância de R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

### III. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS:

Tem-se que a parte autora ajuizou a presente ação fundada no direito assegurado pela Lei nº LEI Nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, prevendo esta indenização por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre.

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



O seguro DPVAT, comumente conhecido como seguro obrigatório, cumpre importante função social, dando um amparo mínimo às pessoas vítimas de acidente de trânsito. Foram os riscos existentes no trânsito que obrigaram o legislador a estabelecer uma espécie de seguro.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre – DPVAT. Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de torná-la mais compatível com o fim ao qual se destina.

Importante citar trecho encontrado no próprio site da demandada *in verbis*:

*“O Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como Seguro DPVAT, existe desde 1974. É um seguro de caráter social que indeniza vítimas de acidentes de trânsito, sem apuração de culpa, seja motorista, passageiro ou pedestre. O DPVAT oferece coberturas para três naturezas de danos: morte, invalidez permanente e reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS).*

*A atual responsável pela administração do Seguro DPVAT é a Seguradora Líder-DPVAT, que tem o objetivo de assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT.*

*O pagamento da indenização é feito em conta corrente ou poupança da vítima ou de seus beneficiários, em até 30 dias após a apresentação da documentação necessária. O valor da indenização é de R\$ 13.500 no caso de morte e de até R\$ 13.500 nos casos de invalidez permanente, variando conforme o grau da invalidez, e de até R\$ 2.700 em reembolso de despesas médicas e hospitalares comprovadas. O prazo para solicitar a indenização por Morte é de até 3 anos contados da data do óbito. Para despesas médicas (DAMS): a contagem do prazo prescricional se inicia a partir da data do acidente. No caso de indenização por Invalidez Permanente este prazo é de 3 anos a contar da ciência da Invalidez Permanente pela vítima.*

*Os recursos do Seguro DPVAT são financiados pelos proprietários de veículos, por meio de pagamento anual. Do total arrecadado, 45% são repassados ao Ministério da Saúde (SUS), para custeio do atendimento médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito em todo país. 5% são repassados ao Ministério das Cidades (DENATRAN), para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito. Os demais 50% são voltados para o pagamento das indenizações e reservas.”*

Sendo assim Excelência, fazem jus ao recebimento de indenização coberto **pelo seguro DPVAT**, todas as vítimas de acidente de trânsito que se enquadrem nas hipóteses previstas no art. 3º da Lei 6.194/74.

Cite-se o art. 3º do referido diploma legal *in verbis*:

**Art. 3º** Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com

Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



*ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

- I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*
- II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e*
- III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.*

Em consonância com a Lei e enquadrando-se no caso em tela, importante se faz, mencionar Jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, deixando evidente e indiscutível o direito ao qual pleiteia à parte autora:

**“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PROCEDÊNCIA. SUBLEVAÇÃO DA SEGURADORA. DEBILIDADE PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. CONFIGURAÇÃO. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO. PROVA SATISFATÓRIA. INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ. OBSERVÂNCIA AO ART. 3º, § 1º, DA LEI Nº 6.194/74 E A SÚMULA Nº 474, DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, PAGAMENTO ADMINISTRATIVO REALIZADO. COMPROVAÇÃO. DEDUÇÃO DO VALOR FIXADO À TÍTULO DE INDENIZAÇÃO. OBSERVÂNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS CONFORME ART. 85, § 2º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTOS DO RECURSO. O art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, incluído pela Lei nº 11.945/09, impôs a necessidade de verificação da graduação da lesão decorrente do sinistro para fins de quantificação da indenização devida a título de seguro DPVAT – A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez, nos termos da Súmula nº 474, do Superior Tribunal de Justiça – Restando demonstrado que o pagamento administrativo realizado pela seguradora não está em conformidade com o grau de invalidez comprovado nos autos, imperioso se torna a complementação da quantia paga, devidamente estabelecida na sentença de origem. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00206466320148152001, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, j. em 26/03/2018).**

*(TJ-PB – APL: 00206466320148152001 0020646-63.2014.815.2001, Relator: DES. FREDERICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO, Data de Julgamento: 26/03/2018, 4ª Vara Cível).”*

Vejamos, também:

**“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. FRATURA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO E DEBILIDADE PERMANENTE. INVALIDEZ PARCIAL INCOMPLETA. PAGAMENTO PROPORCIONAL**

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



**À LESÃO. REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO. DESCONTO DO IMPORTE PAGO NA VIA ADMINISTRATIVA. CONDENAÇÃO NO SALDO RESTANTE. REFORMA DA SENTENÇA EX OFFICIO, APENAS PARA ADEQUAR JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. APELAÇÃO DESPROVIDA.** – Em se tratando de indenização de seguro obrigatório DPVAT, deve ser aplicada a lei em vigor à época do sinistro, no caso a Lei nº 11.945/09, restando inequívoco, pois à luz de tal disciplina, que a perda parcial da função deambulatória e outros movimentos da perna configuram invalidez permanente parcial incompleta, autorizando a aplicação proporcional da indenização, de acordo com o grau da lesão, nos termos do artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74. – ‘Na ação de cobrança visando a complementação do seguro DPVAT, o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso’ 1. Por sua vez, ‘Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação’. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 0000205692014815051, 4ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOÃO ALVES DA SILVA, j. em 17-03-2016).

(TJ-PB – APL: 00002056920148150511 0000205-69.2014.815.0511, Relator: DES JOAO ALVES DA SILVA, Data de Julgamento: 17/03/2016, 4ª CÍVEL)”

Dessa forma, comprovado o acidente de trânsito, restando o autor com lesões que lhe causaram invalidez parcial permanente, é incontestável o direito do mesmo ao recebimento de indenização correspondente ao grau de sua invalidez, conforme entendimento do Respeitável Superior Tribunal de Justiça in verbis:

#### Súmula 474

**“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”**

Para tanto, conforme tabela abaixo, faz-se necessário o correto enquadramento da invalidez acometida pela parte autora, procedimento este a ser alcançado através de perícia médica a ser designada por Vossa Excelência.

#### ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros	100

83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	<b>100</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	<b>100</b>
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	<b>100</b>
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	<b>100</b>
<b>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</b>	<b>100</b>
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentual da Perda</b>
<b>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</b>	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	<b>70</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores; Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	<b>70</b>
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar; Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	<b>25</b>
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão; Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	<b>10</b>
<b>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</b>	<b>Percentual da Perda</b>
<b>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</b>	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	<b>50</b>
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	<b>25</b>
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	<b>10</b>

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de indenização do seguro DPVAT à parte autora, **montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica**. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

#### **IV. DOS PEDIDOS:**

**ANTE O EXPOSTO**, evidenciados o interesse e a legitimidade da parte autora para o ajuizamento da presente ação, bem assim a possibilidade jurídica do pedido e preenchidos todos os requisitos da petição Inicial, previstos no artigo 319 do Código de Processo Civil, **REQUER:**

**4.1.** Nos termos da Lei 1.060/50 e Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil, considerando que a parte autora não dispõe dos recursos para custear o processo, sem prejuízo do seu sustento ou de sua família, **os benefícios da assistência judiciária gratuita;**

**4.2.** Seja recebida a presente, autuada e conforme Art. 246 inc. I do Código de Processo Civil, determine-se a citação da demandada no endereço já citado no preâmbulo desta Ação, através de carta AR/MP na pessoa de seu representante legal, para vir responder, querendo, no prazo legal a presente ação, sob pena de revelia, quando, então ao final, deverão ser julgados procedentes os pedidos;

**4.3.** Se digne Vossa Excelência em nomear perito, conforme art. 465 do Código de Processo Civil, a fim de que em conjunto com os documentos carreados aos autos, se quantifique o real valor devido ao autor a título de indenização DPVAT;

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com

Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



**4.1.** Devidamente processado o feito, com o respeito ao devido processo legal, seja a presente ação julgada **PROCEDENTE** para:

- 4.4.1. Que se declare devida à parte autora o pagamento da **complementação de indenização** correspondente ao seguro DPVAT – Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), menos o valor pago administrativamente, qual seja, R\$ 2.362,50 (dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), totalizando assim, ao final, a importância de R\$ 11.137,5 (onze mil, cento e trinta e sete e cinco centavos).**
- 4.4.2. Condenar a ré ao pagamento de complementação de indenização referente ao seguro DPVAT, com atualização monetária desde o evento danoso, no valor de **R\$ 11.137,5 (onze mil, cento e trinta e sete e cinco centavos).**
- 4.4.3. Condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios a serem arbitrados por Vossa Excelência;

**4.5.** Requer ainda, a produção de todos os meios de prova admitidos em lei, especialmente prova pericial, documental e outras que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

**Dá se a causa o valor de R\$ 11.137,5 (onze mil, cento e trinta e sete e cinco centavos).**

Termos em que,

pede deferimento.







**RUY NEVES AMARAL DA ROCHA**  
**OAB/PB 23.263**

**RENAN DE CARVALHO PAIVA**  
**OAB/PB 21.393**

**FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO**  
**OAB/PB 22.725**

 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98708-8728 |  renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



**SINISTRO 3190342153 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** DANIELLE SILVA DE ALENCAR**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

**BENEFICIÁRIO** DANIELLE SILVA DE ALENCAR**CPF/CNPJ:** 06156049436**Posição em 25-06-2019 17:50:14**

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi concluído com a liberação do pagamento para a conta indicada pelo beneficiário.

Data do Pagamento: XX/XX/XXXX

Valor da Indenização: R\$00.000,00

Juros e Correção: R\$00.000,00

Valor Total: R\$00.000,00

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
06/06/2019	R\$ 2.362,50	R\$ 0,00	R\$ 2.362,50





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL

Gerência Executiva de Polícia Civil

8ª DELEGACIA DISTRITAL DA CAPITAL

Av. Parque, SN, Distrito Industrial, João Pessoa-PB, CEP: 58082-030 João Pessoa/PB, telefone: (83) 3218-5557


## CERTIDÃO. 577/2019



**CERTIFICO** que revendo o livro destinado a registro de ocorrências desta Unidade Policial, precisamente a ocorrência nº 577/2019, na mesma continha o seguinte teor: Aos três dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de João Pessoa/PB e na 8ª Delegacia Distrital, onde presente se encontra o Delegado **Jorge Rodrigues da Costa**, compareceu o Sr. **Danielle Silva de Alencar**, brasileira, união estável, natural de João Pessoa - PB, nascida aos 17/09/1982, filha de Dinark Clemente de Alencar e de Maria da Glória Silva de Lima, portadora da cédula de identidade nº 3 131 949 Seds. PB, e CPF nº 061.560.494 - 36, residente (na) rua Vitalino Barbosa de Albuquerque nº 236, bairro Mangabeira, identificada pelo CEP 58 084 300, e notificou que, na tarde do dia 20 de setembro do ano de 2018, por volta das 16:50 horas aproximadamente, quando se conduzia com seu companheiro no veículo marca Ford/Fiesta, ano e modelo 2000, cor branca, placas MOG 2323 - PB, identificado pelo chassi nº 9BFBSZFDAYB302858, cadastrada em nome de **Antonio Abdon Borges de Miranda**, pela avenida Desembargador Arquimédice Souto Maior, estrada que liga Praia do Seixas a Mangabeira e, nas proximidades do residencial Privê, este sofreu um tranca por parte de um veículo de placas e Condutor não identificado e assim, perdeu o controle e na sequência, o veículo foi de encontro ao muro do residencial Privê ali existente, onde permaneceu presa nas ferragens, **consequentemente**, foi socorrida para o hospital de Emergência e Traumas Senador Humberto Lucena, onde foi diagnosticado Fratura de Umero Esquerdo, identificado pelo CID 10 S42.3, conforme Laudo Médico Apresentado. O referido é verdade, dou fé.

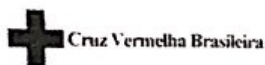
João Pessoa (PB), 03 de maio de 2019.

  
**Everaldo Martins da Costa**  
ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL.





# ATO DECLARATÓRIO



Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1109754



<b>Identificação do paciente</b>			
ID 1328089	Nome DANIELE SILVA ALENCAR	Sexo Feminino	
Data de nascimento 17/09/1982	Idade 36 anos 3 dias	Estado civil	Religião
Mãe MARIA DA GLORIA DA SILVA	Pai NAO DECLARADO		Prontuário
Escolaridade	Responsável (Parentesco) A MESMA - O MESMO(A)		
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987128940	DDD Fixo	Fone Fixo
Tipo documento	Número documento	Nº Cns	
Local de procedência PENHA	Tipo BAIRRO		UF PB
Email	Naturalidade JOAO PESSOA	CBO/R	
<b>Endereço</b>			
CEP 58057144	Município de residência JOAO PESSOA	UF PB	Logradouro FRANCISCO MADRUGA FILHO
Número 17	Complemento	Bairro MANGABEIRA	
<b>Admissão</b>			
Data e Hora 20/09/2018 15:36:23	Número da pulseira 1000006938252	Convênio SUS	
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica		
Classificação de risco	Origem do paciente RUA		
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE AUTOMOVEL	Detalhe do acidente VEICULO X OBJETO	
<b>Indicadores e Transporte</b>			
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte RESGATE - BOMBEIROS	Quem transportou		
<b>Sinais Vitais</b>			
PA _____ x _____ mmHg	Pulso	Temperatura	
<b>Exames complementares</b>			
Ralo X []	Sangue []	Urina []	TC []
			Liquor []
			ECG []
			Ultrasonografia []
Dados clínicos Paciente segue MD-acidente de moto Alquece qd/hamas alquece da pista			
Diagnóstico			CID
Atendido por SANDRA CAROLINA GOMES RIBEIRO			Tempo 52seg

Imprimir

20/09/2018 15:35



Nota de Sala Cirúrgica



**NOME DO PACIENTE:** Daniel Silva Hansen  
**IDADE:** 34 anos  
**ENFERMIA:** 08  
**LEITO:** 04  
**CIRURGIÃO:** Dr. Thiago Tommas; Dr. Renato Gomes  
**ANESTESIA:** Dr. Thiago Tommas; Dr. Renato Gomes  
**ANESTESISTA:** Dr. Thiago Tommas; Dr. Renato Gomes  
**INSTRUMENTISTA:** Dr. Renato Gomes  
**DATA:** 09.10.18  
**TEMPO CIRÚRGICO - ANESTESIA INÍCIO:** 13:30  
**CIRURGIA INÍCIO:** 14:25 - 13:00

**ÍNDICE DE RISCO DE CIRURGIA - ASA (AMERICAN SOCIETY OF ANESTHESIOLOGISTS):**  
 ASA 1 ( ) ASA 2 ( ) ASA 3 ( ) ASA 4 ( ) ASA 5 ( )  
**ÍNDICE DE CONTAMINAÇÃO ( ) LIMPA ( ) CONTAMINADA ( ) INFECTADA ( ) POTENCIALMENTE CONTAMINADA**

MEDICAMENTOS ANESTÉSICOS	QTD.	MATERIAIS CONT.	QTD.	FIOS	QTD.
ALFENTANIL		JELCO Nº18		FIO CAT. GLT. CROMADO Nº	
BUPIVACAÍNA ISOBARICA	500g/7	JELCO Nº20		FIO CAT. GLT. CROMADO Nº	
BUPIVACAÍNA PESADA		JELCO Nº22		FIO DE AÇO Nº	
CETAMINA	500g	JELCO Nº24		FIO DE AÇO Nº	
DROPERIDOL		KIT SIST. DREN. TORACICA Nº		FIO DE NYLON Nº 3,0 L	
ETOMIDATO	SOLUÇÕES	LÂMINA BISTURI Nº11		FIO DE NYLON Nº	
FENOBARBITAL	ALCOOL ETILICO 70%	LÂMINA BISTURI Nº15		FIO DE NYLON Nº	
FENTANIL	PVPi DEGERMANTE	LÂMINA BISTURI Nº23		FIO POLIIGLACTINA Nº	1,0 L
FLUMAZENIL	PVPi TINTURA	LÂMINA BISTURI Nº24		FIO POLIIGLACTINA Nº	
ISOFLURANO	PVPi TOPICO	LÂMINA DE DERMATOMO		FIO POLIIGLACTINA Nº	
LEVOBUPIVACAÍNA C. VASO	SABÃO ANTISEPTICO	LÂMINA DE ENXERTO		FIO POLIPROPILENO Nº	
LEVOBUPIVACAÍNA S. VASO	MATERIAIS	LUVAS DE PROCEDIMENTO PAR	OK	FIO POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA C. VASO	AGULHA 13X4,5	LUVAS ESTERIL Nº7,0		FIO POLIPROPILENO Nº	
LIDOCAÍNA S. VASO	AGULHA 25X07	LUVAS ESTERIL Nº7,5		FIO POLIIGLACTAPRONE Nº	
MIDAZOLAN	AGULHA 25X08	LUVAS ESTERIL Nº8,0		FIO SEDA Nº	
MORFINA	AGULHA 40X12	LUVAS ESTERIL Nº8,5		FITA CARDIACA	
NIMBIM	AGULHA PERIDURAL Nº16	MASCARA CIRURGICA	OK	MATERIAL ESPECIAL	QTD.
PANCURÔNIO	AGULHA PERIDURAL Nº17	MULTIVIAS		CATER DE PIC	
PETIDINA	AGULHA PERIDURAL Nº18	PERFURADOR DE SORO		CIMENTO CIRURGICO	
PROPOFOL	AGULHA RAQUI Nº25G	SCALP Nº19		CLIP TITÂNIO LIGADURA	
RAMIFENTANIL	AGULHA RAQUI Nº26G	SCALP Nº21		FIO DE KIRSCHNER Nº	
ROCURÔNIO	AGULHA RAQUI Nº27G	SERINGA 3ML		FIO DE KIRSCHNER Nº	
SEVOFLURANO	ALGODÃO ORTOPEDICO	SERINGA 5ML		FIO STEINMAN Nº	
SUXAMETÔNIO	ATADURA DE CREPOM	SERINGA 10ML		FIO STEINMAN Nº	
TIOPENTAL	ATADURA GESSADA	SERINGA 20ML		GRAMPEADOR CIRURGICO	
MEDICAMENTOS	QTD.	BOLSA P. COLOSTOMIA		HEMOST. ABSORVIVEL	
ADRENALINA	CÂMULA P. TRAQUEOSTOMIA Nº	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº8		KIT DERIVA VENTRICULAR	
ÁGUA DESTILADA	CATER DE OXIGÊNIO	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº10		PROTESE VASCULAR	
ATROPINA	CATER EMOLEC. ARTERIAL Nº	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº12		KIT PAM	
BEXTRA	CATER EPIDURAL Nº16	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº14		FIXADOR EXTERNO	
CEFALOXILINA	CATER EPIDURAL Nº17	SONDA ASP. TRAQUEAL Nº16		EMPRESA	
DEXAMETASONA	CATER EPIDURAL Nº18	SONDA FOLEY 2VIAS Nº12			
DIPIRONA SODICA	CERA PARA OSSO	SONDA FOLEY 2VIAS Nº14		PARAFUSOS CORTICAIS	
EFEDRINA	COLET. URINA FECHADO	SONDA NASOG. CURTA		PARAFUSOS CORTICAIS	
FUROSEMIDA	COMPRESSAS CIRURGICAS	SONDA NASOG. LONGA		PARAFUSOS ESFONJOSOS	
GLICOSE 50%	COMPRESSAS CIRURGICAS	SONDA URETRAL Nº		PARAFUSOS ESFONJOSOS	
GLUCONATO DE CÁLCIO	DRENO DE PENROSE	TORNEIRINHA		PARAFUSOS ESFONJOSOS	
HIDROCORTISONA	DRENO DE SUCCÃO	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº	7,5	PARAFUSOS MALEOLARES	
LIDOCAÍNA GELEIA	ELETRODOS	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº		PARAFUSOS MALEOLARES	
ONDASENTRONA	EQUIPO MACROGOTAS	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº		PLACA	
PLASIL	EQUIPO TRANSF. SANGUE	TUBO SILICONE (LATEX)		PLACA	
PROSTIGMINE	EQUIPO MICROGOTAS			EQUIPAMENTOS	
PROTAMINA	ESPONJA DE PVPi	FIOS	QTD.	ASPIRADOR	
TENOXICAN	ESPARADRAPO	FIO ALGODÃO S/A Nº		BISTURI ELETRICO	
FLUORURO	GAZES	FIO ALGODÃO S/A Nº		CAPNOGRAFO	
FLUORURO	GAZES ALGODOADAS	FIO ALGODÃO C/A Nº		CARDIOMONITOR	
FLUORURO	GAZES ELETROLITICO	FIO ALGODÃO C/A Nº		DESFIBRILADOR	
FLUORURO	JELCO Nº16			FOCO AUXILIAR	
FLUORURO				FOCO CENTRAL	
FLUORURO				MICROSCOPIO	
FLUORURO				OXIMETRO DE PULSO	
FLUORURO				P.A. INVASIVA NÃO INVASIVA	
FLUORURO				PERFURADOR ELETRICO	
FLUORURO				SERRA	
FLUORURO				CIRCULANTE	

**Placa de osteotomia de 14/2 - 26/2 - 28/3 - 32/1.**  
**Placa de osteotomia de 14/2 - 26/2 - 28/3 - 32/1.**  
**Placa de osteotomia de 14/2 - 26/2 - 28/3 - 32/1.**



DATA: 09/10/18

PRONTUÁRIO: 1109754

SEXO: F COR:

IDADE: 36c.

PACIENTE: Daniele Silva Gomes

PACIENTE: <u>Danielle Silva Afonso</u>		GRUPO SANGÜÍNEO	
PRESSÃO ARTERIAL	PULSO	RESPIRAÇÃO	TEMPERATURA
ESTADO GERAL <u>BOM</u> ( ) REGULAR ( ) MAU ( ) PESSIMO		RISCO CIRÚRGICO <u>BOM</u> ( ) REGULAR ( ) MAU ( ) PESSIMO	
EXAMES COMPLEMENTARES <u>NORCORRÓDIA -- NORMAIS</u>			
AP. RESPIRATÓRIO <u>NORCORRÓDIA</u>		AP. CIRCULATÓRIO <u>HIPERTENSA (160x90)</u>	
AP. DIGESTIVO <u>NDA</u>	ESTADO MENTAL <u>LORE</u>	DROGAS EM USO	
PRE-ANESTÉSICO			ESTADO FÍSICO (ASA)
DOSE/HORA			
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO			
CIRURGIA REALIZADA <u>FRATURA DISTAL DE UMBILICO</u>			
CIRURGIÃO <u>DR. RENATA</u>	AUXILIARES <u>DR. THIAGO</u>		
INÍCIO DA ANESTESIA <u>13.30</u>	TÉRMINO DA ANESTESIA		DURAÇÃO DA ANESTESIA
CODIGO DO PROCEDIMENTO	QUANT. DE CH.		VALORES RS
ANESTESISTA <u>DR. FRANCISCO</u>	CPF		CRM-PB

ANESTESISTA DR. FRANCISCO					
AGENTES/HORA	13:30	15:30	16:30	18:30	19:30
U: N: 0					

[illegible]

**ANOTAÇÕES**

Nº da Aula: \_\_\_\_\_  
Assunto: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_\_

R6 — RS — RS — RS — RS  
RS — RS — RS — RS — RS

☒ ANESTESIA GERAL    ☐ RAQUIDIANA    ☐ EPIDURAL    ☒ BLOQ PLEXO    ☐ BLOQ NERVOS    ☐ OUTROS \_\_\_\_\_

TECNICA \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTÉSICO

[illegible]

1) An. Menstruação: 24 dias. De seus pontos: nasal, venoclise MSD 3200 mg/ml  
2) Saúdes Venosa (12), pct em DPH, entressa: péia, cervical, Pungão de capilha 50 mm etc  
naoestimulante periferico, Biotico Basculi Interresistencia, Infusao 9, 10, 11.  
3) DPH, Pre-oxigenao de FQa 100%, Inducao Venosa, Ventilacao, LD (cervical I), Jioi e cano  
7, 5 e 11, confirmacao por capnografia e expansao toracica...  
4) Proceço: 26 Plaxos / Ext, Vigilancia





## RELATÓRIO DE CIRURGIA

HEETSHL

NOME: DANIELE SILVA ALENCAR BE/PRONTUÁRIO 1109754  
IDADE: 36 SEXO: ☐ MASC ☒ FEM COR:            DATA: 09/10/2018  
CLÍNICA /SETOR: ORTOPEDIA EMP:            LR:             
CIRURGIA: TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA UMEROS ESQUERDO  
CIRURGIÃO: DR. TIAGO FORMIGA 1º ASS: DR. RENNA  
2º ASS: MR1 FRANCINELIO 3º ASS:             
INSTRUMENTADOR:            ANESTESISTA:             
TIPO DE ANESTESIA: BLOQUEIO+GERAL HORÁRIO INÍCIO:            TÉRMINO:           

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO	CID
FRATURA DIAFISARIA DE UMEROS ESQUERDO	


PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS	CÓDIGO
TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE UMEROS ESQUERDO	

ACIDENTE DURANTE ATO CIRÚRGICO: ☐ SIM ☒ NÃODESCRIÇÃO:           BIÓPSIA DE CONGELAÇÃO: ☐ SIM ☒ NÃO

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE APÓS ATO CIRÚRGICO:

☒ ENFERMARIA            TERAPIA INTENSIVA  
           RESIDÊNCIA            ÓBITO DURANTE ATO CIRÚRGICO

MÉDICO/CRM:

  
Dr. Francinelo Freitas  
Médico  
CRM PB 9603  
NS 703404579057800

DATA: 09/10/2018



# RELATÓRIO DE CIRURGIA

HEETSHI

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA
Posição e Preparo:
<b>PACIENTE EM DDH SOB ANESTESIA</b>
<b>ASSEPSIA E ANTISSEPSIA</b>
<b>APOSIÇÃO DE CAMPOS CIRÚRGICOS</b>
Incisão:
<b>VIA DE ACESSO ANTEROLATERAL EM BRAÇO ESQUERDO</b>
<b>AVULSÃO E DISSECÇÃO POR PLANOS</b>
<b>CUIDADOS DE HEMOSTASIA</b>
Achados:
<b>FRATURA DIAFISARIA DE UMEROS ESQUERDO</b>
Condução:
<b>ISOLAMENTO E PROTEÇÃO DO NERVO RADIAL</b>
<b>REDUÇÃO DIRETA DA FRATURA</b>
<b>FIXAÇÃO E ESTABILIZAÇÃO DA FRATURA COM PLACA 7 FUIROS + PARAFUSOS CORTICAIS +</b>
<b>COM PARAFUSO INTERFRAGMENTARIO.</b>
<b>LIMPESA EXAUSTIVA COM SF0,9%</b>
<b>SUTURA POR PLANOS</b>
<b>CURATIVOS ESTEREIS</b>
Fechamento:
Observação:
<b>RX DE CONTROLE</b>
<b>TALA PINÇA DE CONFEITEIRO</b>

Médico/CRM:

Dr Francinello Freitas  
Médico  
CRM PB 9603  
CNS 703404579057800

João Pessoa,

09/10/2018





## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE DANILLE SILVA DE ALENCAR  
DATA DE NASCIMENTO 17/09/82  
NOME DA MÃE MARIA DA GLORIA SILVA LIMA

### DADOS EXTRAÍDOS DO PRONTUÁRIO

PRONTUÁRIO N.º 111217  
BOLETIM DE ENTRADA N.º 1109754  
DATA DO ATENDIMENTO 20/09/18  
HORA DO ATENDIMENTO 15:36  
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE AUTOMÓVEL  
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DE UMEROS ESQUERDO  
CID 10 S42.3

### AVALIAÇÃO INICIAL:

PACIENTE DEU ENTRADA NESTE SERVIÇO, REFERINDO DOR TORÁCICA E NO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO. AVALIADO PELA CIRURGIA GERAL, ORTOPEDIA, NEUROCIRURGIA

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX DE TORAX, BRAÇO ESQUERDO, OMBRO ESQ., COLUNA CERVICAL, COLUNA TORÁCICA  
EXAMES HEMATOLOGICOS  
USG(FAST)  
TC DE CRANIO

### RESULTADOS DOS EXAMES:

RX BRAÇO - FRATURA DA DIÁFISE DO UMEROS ESQUERDO

### TRATAMENTO:

TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO UMEROS ESQ.

ALTA HOSPITALAR: 10/10/18  
DATA DA EMISSÃO: 06/02/19

*Elivaldo Sales de T.*  
Cirurgião Geral  
CRM 1873/PB

DR. ELIVALDO SALES DE TOLÊDO  
CRM: 1873/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE(S):

DANILLE SILVA DE ALENCAR, Brasileira, Solteira, do Lar, filha de JIMARCK CLEMENTE DE ALENCAR e MARIA DA GLENIA SILVA Lima, residente e domiciliada à RUA TARCÍSIO DE ARAÚJO LUNA, 15 - MANGABEIRA, João Pessoa - PB.

**OUTORGADOS:** RENAN DE CARVALHO PAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 21.393, RUY NEVES AMARAL DA ROCHA, brasileiro, solteiro, advogado, devidamente inscrito na OAB/PB nº 23.263 com endereço profissional sito na Av. Cel. Otto Feio da Silveira n 509, sala 202, Pedro Gondim, João Pessoa/PB.

**PODERES:** Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula "*ad juditia et extra*", para o foro em geral, podendo, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar documentos, solicitar e receber laudo e prontuário médico hospitalar no Hospital de Trauma Sen. Humberto Lucena e no Complexo Hospitalar de Mangabeira Tarcísio Burity, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual, podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos os demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, atuando estes causídicos em conjunto ou separadamente, independentemente de ordem de nomeação.

**PODERES ESPECÍFICOS:** A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para **receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, em atenção com os termos do art. 105 da Lei 13.105/2015.**

João Pessoa - PB, 05 de Novembro de 2018.

*Danille S. de Alencar*

OUTORGANTE

☎ 83 3576-8728 / 99826-8537 / 98855-1045 | ✉ renanpaivaadvocacia@gmail.com  
Av. Cel. Otto Feio da Silveira, 509, sala 202, João Pessoa-PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-237




*Danielle Silva de Alencar*  
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.131.949 - 2ª VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 05/04/2019

NOME DANIELLE SILVA DE ALENCAR

RELACÃO DINARK CLEMENTE DE ALENCAR MARIA DA GLÓRIA SILVA LIMA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO  
JOÃO PESSOA-PB 17/09/1982

DOC ORIGEM CERT. NASC. Nº32641 - LIV.33 A - FLS.72 - CARTORIO 2º JOÃO PESSOA PB

CPF 061.560.494-36

*Danielle Silva de Alencar*  
Assinatura do Titular



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS

DEPARTAMENTO

6798141882

CERTIFICADO 02263825846

PRT - 20070000188809-5

1 732128234

ANTONIO ABDON BORGES DE MIRANDA  
R D DAMASQUINS R MACIEL 951  
BESSA

58035090 JOAO PESSOA - PB

11241357404

MOG2323/PB

MAURO FRANCISCO GOMES JUNIOR

PLACA ANTIFURTO

CHASSI

NOVO

PB

9BFBSZFDAYB302858

ESPECIE TIPO

MIS/AUTOMOVEL/

GASOLINA

MARCA/MODELO

FORD/FIESTA GL

2000 2000

CAP/POT - CV

CATEGORIA

05P/0.50T/065CV

PARTIC

BRANCA

OBSERVAÇÕES

A.F BCO ABN AMRO REAL S.A

JOAO PESSOA - PB

38903



AURELIANO D. LEITE  
COORD. RENAVAM D.E.V.

05/09/2

40431

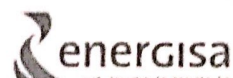
Scanned by CamScanner

# DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via da conta.

Relembra: para sempre pagamento da conta fixa abate da energia elétrica. Nº 023 005, 126



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680  
CNPJ 08.009.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

## DADOS DO CLIENTE

JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS  
RUA EX COMB ALVARO CASTELO BRANCO SILVA 42 Q 395 L 69  
JOAO PESSOA

## CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/407726-9

### REFERÊNCIA

ABR/2019

### APRESENTAÇÃO

24/04/2019

### CONSUMO

119

### VENCIMENTO

02/05/2019

### TOTAL A PAGAR

R\$ 108,21

Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)



ENTRADA AJUA

JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA SANTOS

Telefone: 15-005-831-1100

83620000001-3 08210149000-9 04077262019-7 04900005019-2

### VENCIMENTO

02/05/2019

### TOTAL A PAGAR

R\$ 108,21

### MATRÍCULA

407726-2019-04-9



25/03/2019



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **061.560.494-36**

Nome: **DANIELLE SILVA DE ALENCAR**

Data de Nascimento: **17/09/1982**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **23/08/2003**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **17:22:42** do dia **25/03/2019** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **08F8.F65F.E96E.0BC7**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



**1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

**PROCESSO NÚMERO - 0805435-69.2019.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]

**AUTOR: DANIELLE SILVA DE ALENCAR**

Nome: DANIELLE SILVA DE ALENCAR

Endereço: R EX-COMBATENTE ÁLVARO CASTELO BRANCO, 42, quadra 395, lado 69, VALENTINA DE FIGUEIREDO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58064-683

Advogados do(a) AUTOR: RUY NEVES AMARAL DA ROCHA - PB23263, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393, FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Endereço: R SENADOR DANTAS, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**DESPACHO**

Vistos.

**Defiro o pedido de gratuidade de justiça**, considerando a condição da autora apontada como autônoma na petição inicial.

O art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.



No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

No que pese entendimento anterior, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, o que torna sem sentido a designação de audiência prévia de conciliação.

Por outro lado, ressalte-se que fazia sentido a designação de audiência prévia de conciliação quando, ante a realização da perícia médica, designada para a mesma data, com o grau de invalidez estabelecido no laudo respectivo, restava o feito com todos os elementos que possibilitariam a conciliação, prescindindo, inclusive, da formação do contraditório.

Assim, em razão da repetida informação, em audiências designadas em processos similares, de que as seguradoras não realizam mais acordos em audiência, independentemente do resultado da perícia ou de qualquer outro elemento, perdeu o sentido a designação prévia, sem que o processo esteja maduro para julgamento. Desta forma, ante a constatação fática da predisposição em não conciliar por parte das seguradoras, prudente que seja formado o contraditório, em obediência ao princípio da economia processual e, somente então, seja designada audiência, ocasião em que a perícia será realizada previamente, estando o processo apto a ser julgado.

Desta feita, **cite-se a parte promovida** para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Servirá esse despacho como mandado.

**Doutra parte**, compulsando-se os autos, observa-se que a parte autora requereu a gratuidade judiciária.

Sendo assim, **intime-se a parte autora** para, em quinze (15) dias, juntar a guia de custas, consoante §3º, do art. 1º, da PORTARIA CONJUNTA - TJPB/CORREGEDORIA-GERAL Nº 02/2018, de 28.11.2018, publicada no DJE de 29.11.2018.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]  
**Juíza de Direito**



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA  
REGIONAL DE MANGABEIRA NO ESTADO DA PARAÍBA.**

*Processo nº: 0805435-69.2019.8.15.2003.*

**DANIELLE SILVA DE ALENCAR**, já devidamente qualificado nos autos supra, por seu procurador que a esta subscrive, vem com o devido respeito à presença de V. Exa., requerer a JUNTADA DOS DOCUMENTOS (*GUIA DE CUSTAS*) em anexo.

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa-PB, 05 de julho de 2019.

**RUY NEVES AMARAL DA ROCHA**

**OAB/PB 23.263**

**RENAN DE CARVALHO PAIVA**

**OAB/PB 21.393**

**FÁBIO MARACAJÁ DE ALMEIDA CARNEIRO**

**OAB/PB 22.725**



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 200.0.19.18370/01
			<b>Data de emissão:</b> 05/07/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.618370 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias  <b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 167,06 - Taxa bancária: R\$ 1,35  <b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,47  <b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6  <b>Parcela:</b> 1/1  <b>Valor total:</b> R\$ 1.177,81  <b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866200000119 778109283185 520190731205 001918370014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.177,81

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 200.0.19.18370/01
			<b>Data de emissão:</b> 05/07/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.618370 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias  <b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 167,06 - Taxa bancária: R\$ 1,35  <b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,47  <b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6  <b>Parcela:</b> 1/1  <b>Valor total:</b> R\$ 1.177,81  <b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866200000119 778109283185 520190731205 001918370014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.177,81

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 200.0.19.18370/01
			<b>Data de emissão:</b> 05/07/2019
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Joao Pessoa	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/07/2019
<b>Número da guia:</b> 200.2019.618370 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias  <b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 167,06 - Taxa bancária: R\$ 1,35  <b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,47  <b>Conta FEJPA:</b> 1618-7228.039-6  <b>Parcela:</b> 1/1  <b>Valor total:</b> R\$ 1.177,81  <b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866200000119 778109283185 520190731205 001918370014 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.177,81





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 200.2019.618370

**Data Vencimento:** 31/07/2019

**Data Emissão:** 05/07/2019

**Comarca:** Joao Pessoa

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** DANIELLE SILVA DE ALENCAR

**Promovido:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**Valor da Causa:** R\$ 11.137,50

**Despesas Processuais:** R\$ 0,00

**Custas:** R\$ 1.009,40

**Taxa:** R\$ 167,06

**Total da Guia:** R\$ 1.176,46

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
COMARCA DE JOÃO PESSOA  
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

---

**PROCESSO NÚMERO - 0805435-69.2019.8.15.2003**

**CLASSE:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

**ASSUNTO(S):** [SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO]

**AUTOR: DANIELLE SILVA DE ALENCAR**

Advogados do(a) AUTOR: RUY NEVES AMARAL DA ROCHA - PB23263, RENAN DE CARVALHO PAIVA - PB21393, FABIO MARACAJA DE ALMEIDA CARNEIRO - PB22725

**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A**

---

**DESPACHO**

Vistos.

**Defiro o pedido de gratuidade de justiça**, considerando a condição da autora apontada como autônoma na petição inicial.

Como é cediço, o art. 334, do CPC estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão do ato que deferiu em parte o pedido no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo sem a complementação de provas, trazendo os mesmos exames já levados à perícia administrativa.

Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não vêm realizando acordos em demandas congêneres, até mesmo quando se antecipa a produção da prova pericial, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.



**Cite-se** a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344, do CPC.

Cumpra-se.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

**Juíza de Direito**

